

www.betaconcursos.com

100 Questões D. Processual Civil

Beta Concursos

QUESTÕES DE PROCESSUAL CIVIL

BATERIA 01

1) O indeferimento da inicial

- a) jamais será decretado com julgamento do mérito
- b) poderá ter a natureza de decisão terminativa definitiva
- c) é recorrível mediante agravo de instrumento, haja vista a possibilidade de retratação
- d) é decretável sempre que o autor não a emendar no prazo de 10 dias

Questão cód. 3356

2) O exame pelo juiz dos pressupostos de admissibilidade da apelação:

- a) deverá ser feito apenas no ato do recebimento da apelação.
- b) não cabe ao juiz examiná-los, por se tratar de atribuição exclusiva do tribunal ad quem.
- c) deverá ser feito no ato do recebimento da apelação, facultado o reexame após a resposta do apelado.
- d) deve cingir-se à deserção, no ensejo da remessa dos autos ao órgão ad quem.

Questão cód. 2351

3) O juiz pode limitar o litisconsórcio facultativo, quanto ao número de litigantes:

- a) por decisão interlocutória.
- b) por mero despacho.
- c) por sentença terminativa.
- d) por ato judicial normativo, genérico e abstrato (portaria, provimento ou ordem de serviço).

Questão cód. 1903

4) Sobre o pedido na petição inicial, é correto afirmar que:

- a) são inadmissíveis pedidos cumulados;
- b) pode-se formular pedido genérico sempre que o autor entender mais conveniente aos seus interesses;
- c) admitem-se pedidos alternativos quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a obrigação por mais de um modo;
- d) nenhuma das respostas acima é correta.

Questão cód. 31306

5) Verificando no processo a existência de uma cláusula abusiva inserta em um contrato de consumo, o juiz:

- a) deverá declarar a nulidade da cláusula, quer a requerimento do interessado, do Ministério Público, ou mesmo "ex officio", por se tratar de matéria de ordem pública;
- b) não poderá decretar a nulidade da cláusula, se esta estiver bem redigida, em termos

claros, em obediência ao princípio "pacta sunt servanda";

- c) poderá reconhecer e declarar a nulidade da cláusula desde que provocado pelo consumidor prejudicado, mas não podendo agir "ex officio";
- d) não poderá decretar a nulidade da cláusula, em homenagem ao princípio da liberdade contratual;

Questão cód. 4724

6) É correto afirmar que:

- a) é defeso ao autor da ação possessória cumular aopedido possessório o de cominação de pena para caso de nova turbção ou esbulho;
- b) a competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro juízo, salvo o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário;
- c) a medida cautelar poderá ser substituída de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente;
- d) se por qualquer motivo cessar a eficácia da medida cautelar, poderá a parte repetir o pedido, ainda que pelo mesmo fundamento;

Questão cód. 2307

7) Sobre os embargos de declaração, é verdadeiro afirmar que:

- a) quando houver na sentença ou no acórdão contradição, obscuridade ou omissão, no prazo de dez dias, não interrompendo o prazo para a interposição de outros recursos.
- b) podem ser opostos quando houver na sentença contradição, obscuridade ou omissão, no prazo de cinco dias, não interrompendo o prazo para a interposição de outros recursos;
- c) quando houver no acórdão contradição, obscuridade ou omissão, no prazo de dez dias, dirigido ao presidente da câmara ou turma que julgou a apelação, interrompendo o prazo para a interposição de outros recursos;
- d) quando houver na sentença ou no acórdão contradição, obscuridade ou omissão, no prazo de cinco dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, interrompendo o prazo para a interposição de outros recursos;

Questão cód. 424

8) Júlio propôs ação de nunciação de obra nova em face de Tício, tendo o MM. Juiz de Direito concedido o embargo, do qual foi lavrado auto circunstanciado e intimado o réu. Contestada a demanda, foi proferida sentença, julgando procedente o pedido. Inconformado, Tício interpôs recurso de apelação, o qual foi regularmente processado, pendendo julgamento pelo tribunal ad quem. Tício resolve dar prosseguimento à obra. Contra esse ato, Júlio deverá:

- a) requerer o arresto do imóvel, nomeado o requerente como depositário.
- b) ingressar com medida cautelar de atentado, a qual será processada pelo juízo que prolatou a sentença.
- c) requerer o seqüestro do imóvel, nomeado terceiro como depositário.
- d) ingressar com protesto judicial perante o tribunal ad quem, para que este determine o cumprimento do embargo.

Questão cód. 31415

- 9) Ministério Público. Conflito de competência suscitado pelo Ministério Público. Qual a qualidade de sua intervenção:
- a) "custos legis".
 - b) parte.
 - c) "custos legis" e interveniência.
 - d) terceiro interessado.

Questão cód. 2450

- 10) A intervenção do órgão do Ministério Público é obrigatória nas hipóteses abaixo discriminadas:
- a) em todas as acima especificadas.
 - b) na interdição;
 - c) no divórcio;
 - d) na declaração de ausência;

GABARITO:

01-D	02-C	03-A	04-C	05-A
06-C	07-D	08-B	09-B	10-A

BATERIA 02

Questão cód. 3362

- 1) Nos Juizados Especiais Cíveis criados pela Lei nº 9.099, de 26.09.1995, podem processar-se, entre outras, as seguintes ações:
- a) apenas causas com valor inferior a 20 salários mínimos.
 - b) questões envolvendo acidentes de trabalho em que não haja morte e ações de alimentos de valor até 40 salários mínimos.
 - c) causas de valor inferior a 40 salários mínimos e questões trabalhistas de qualquer valor.
 - d) ações de despejo para uso próprio e de indenização por acidentes de veículos de via terrestre.

Questão cód. 4818

- 2) Caio propôs demanda que foi distribuída à 15ª Vara Federal de São Paulo. Esse juízo entendeu que não tinha competência para julgar a demanda, remetendo os autos para a Justiça Comum do Estado de São Paulo, onde foram distribuídos à 5ª Vara Cível. Este Juízo entende que a competência é efetivamente da Justiça Comum Federal, razão pela qual:
- a) nada poderá ser feito, diante da impossibilidade de um juiz estadual descumprir a decisão de um juiz federal do mesmo grau de jurisdição.

- b) deverá extinguir o processo sem julgamento de mérito, diante de sua incompetência absoluta.
- c) deverá suscitar o conflito negativo de competência, que será julgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.
- d) deverá suscitar o conflito negativo de competência, que será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Questão cód. 31955

- 3) Qual o recurso que deve ser interposto contra o despacho que indefere in limine a reconvenção?
- a) agravo;
 - b) correção parcial;
 - c) apelação, nos moldes do art. 513, do CPC;
 - d) apelação, nos moldes do art. 296, do CPC;

Questão cód. 2526

- 4) No processo de execução, os embargos de terceiros podem ser propostos até cinco (5) dias da data:
- a) do ajuizamento da execução.
 - b) da realização da primeira praça, em não havendo arrematante.
 - c) da arrematação, adjudicação ou remição, mas antes da assinatura da respectiva carta.
 - d) da lavratura do auto de penhora que tiver apreendido judicialmente o bem do terceiro embargante.

Questão cód. 31958

- 5) Marque a alternativa correta:
- a) o incidente de falsidade tem lugar em qualquer tempo e grau de jurisdição, incumbindo à parte, contra quem foi produzido o documento, suscitá-lo na contestação ou no prazo de quinze (15) dias, contados da intimação da sua juntada aos autos;
 - b) quando a natureza do fato o permitir, a perícia poderá consistir apenas na inquirição pelo juiz do perito e dos assistentes, por ocasião da audiência de instrução e julgamento a respeito das coisas que houverem informalmente examinado ou avaliado;
 - c) Intimada a parte que produziu o documento, a responder no prazo de quinze (15) dias, o juiz ordenará o exame pericial;
 - d) a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda a vinte (20) vezes o maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados;

Questão cód. 2702

- 6) Indique a opção correta. A desapropriação por utilidade pública processa-se nos termos do Decreto-Lei no 3.365, de 21.06.1941, mas, feita a citação, a causa seguirá com o rito ordinário (art. 19), previsto no Código de Processo Civil (art. 42). Na ação expropriatória, a revelia do expropriado
- a) não implica a aceitação do valor da oferta, mas difere a avaliação para a execução

- b) não dispensa a avaliação, mas esta fica restrita às benfeitorias alcançadas pelo ato expropriatório
- c) não implica a aceitação do valor da oferta e, por isso, não autoriza a dispensa da avaliação
- d) implica a aceitação do valor da oferta, mas não autoriza a dispensa da avaliação

Questão cód. 3960

- 7) Contra a decisão do juiz de 1º grau que indefere a produção de determinada prova em procedimento sumário, é cabível o(a)
- a) agravo retido, exclusivamente
 - b) agravo de instrumento, para processamento imediato, que deve ser interposto perante o próprio juiz que proferiu a decisão agravada
 - c) apelação
 - d) correição parcial

Questão cód. 41320

8) Marque a opção correta:

- a) indeferida a petição inicial, o autor poderá agravar, facultado ao juiz retratar-se a qualquer tempo, antes que tenha o recurso sido julgado, respeitada a ocorrência da preclusão;
- b) a lei não prevê competência deferida ao juiz para reformar sentença de indeferimento de petição inicial, porquanto ao proferir qualquer sentença, não mais pode inovar no processo, somente podendo modificá-la para corrigir erros materiais ou por embargos de declaração;
- c) se o autor apelar da sentença de indeferimento da petição inicial, por inépcia, o despacho que receber o recurso, mandará citar o réu para acompanhá-lo;
- d) indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar sua decisão;

Questão cód. 11527

9) A incompetência relativa do Juiz:

- a) deverá ser argüida pelo réu no prazo de quinze (15) dias em preliminar de contestação.
- b) deverá ser argüida por meio de exceção em qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- c) poderá ser decretada de ofício pelo Juiz.
- d) deverá ser argüida por meio de exceção no prazo de quinze (15) dias contado do fato que ocasionou a incompetência.

Questão cód. 4742

- 10) Verificando que há lesão ao patrimônio público praticado por ato ilegal de Ministro de Estado, eleitor, maior de dezesseis e menor de vinte e um anos pretende ingressar com ação popular. Para tanto,
- a) o juiz nomeia curador especial que o assista.
 - b) pode ajuizar a ação e praticar atos processuais sozinho, sem a assistência dos pais ou representantes legais.

- c) o Ministério Público supre sua incapacidade no processo.
- d) deve ser assistido por seu representante legal.

GABARITO:

01-D	02-D	03-A	04-C	05-B
06-C	07-A	08-D	09-D	10-B

BATERIA 03

- 1) A sentença que indefere a petição inicial, em virtude do reconhecimento da decadência, é uma decisão que:
- a) não é de mérito e faz coisa julgada formal;
 - b) é de mérito e não faz coisa julgada;
 - c) é de mérito e faz coisa julgada material;
 - d) é de mérito e faz coisa julgada formal;

Questão cód. 4646

- 2) Em processo litigioso, o réu não foi intimado do despacho de nomeação de perito e, por isto, não teve oportunidade de indicar assistente técnico e de apresentar quesitos, até que a ação foi, a final, julgada procedente. A solução cabível será
- a) em grau de apelação, anular parcialmente o processo, a partir do momento em que o ato do juiz não foi comunicado ao réu.
 - b) o réu interpor embargos de declaração para que o Juiz repita a instrução.
 - c) o Juiz mandar intimar o réu daquele despacho, antes de subirem os autos à apreciação recursal.
 - d) em grau de apelação, anular o processo, desde seu início.

Questão cód. 31139

- 3) Marque a única opção falsa: O valor da causa constará sempre da petição inicial e será:
- a) na ação de cobrança de dívida, a soma do principal, da pena e dos juros vencidos até a propositura da ação.
 - b) quando o litígio tiver por objeto a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão de negócio jurídico, o valor do contrato.
 - c) havendo cumulação de pedidos, o de maior valor.
 - d) na ação de alimentos, a soma de doze (12) prestações mensais, pedidas pelo autor.

Questão cód. 2700

- 4) Indique a opção incompleta.
- a) A sentença que concluir pela improcedência da ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
 - b) Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação popular e suscetíveis de

recurso, poderá recorrer o Ministério Público.

- c) Da sentença que julgar a ação popular procedente caberá apelação com efeito suspensivo.
- d) A sentença que concluir pela carência da ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

Questão cód. 21162

5) Utilizando-se do calendário abaixo e considerando que uma sentença em ação de despejo em curso perante a Comarca de Curitiba foi publicada no dia 1º, assinale o dia em que se vencerá o prazo para interposição de apelação: dom seg ter qua qui sex sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30

- a) 15 (quinze).
- b) 19 (dezenove);
- c) 14 (catorze);
- d) 18 (dezoito);

Questão cód. 1141

6) Analise os procedimentos abaixo, considerando-os falsos, se errados, e verdadeiros, se corretos, e assinale a alternativa correta:

I - Embora do mandado constasse o endereço do réu, o oficial de justiça citou-o no shopping center, onde fazia compras.

II - Obtendo do médico de Mévio a informação de que sua situação era grave, o oficial de justiça, deixou de citá-lo e passou certidão, descrevendo minuciosamente a ocorrência; o juiz, com base no narrado pelo oficial de justiça, e após a correta elaboração do laudo por médico para isso nomeado, deu ao citando um curador. E como se naquele juízo fossem muitas as ações movidas contra o réu, as citações das demais causas passaram a ser feitas na pessoa do curador.

III - Diante da omissão da parte por mais de 10 dias em promover a citação do réu, o juiz prorrogou o prazo por mais 90 dias. Mas a parte permaneceu inerte. O juiz, verificando que a prescrição teria ocorrido durante o prazo prorrogado, considerando a omissão da parte em promover a citação e considerando que não se tratava de direitos patrimoniais, conheceu da prescrição, teve-a por não interrompida e decretou-a.

- a) I, II e III são verdadeiras.
- b) Apenas II é verdadeira.
- c) Apenas III é verdadeira.
- d) Apenas I e III são verdadeiras.

Questão cód. 41591

7) A melhor forma de o recorrente provocar a correção do erro de não conhecimento de apelação tempestiva será interpondo:

- a) embargos infringentes.
- b) embargos de declaração.
- c) reconsideração.
- d) recurso especial.

Questão cód. 372

- 8) O recurso de apelação, como regra geral, é recebido no duplo efeito: suspensivo e devolutivo. Na hipótese de o Juiz julgar, na mesma sentença, ação principal no caso do art. 520, caput, do Cod.Proc.Civil, e medida cautelar, a apelação será recebida
- a) em seu duplo efeito.
 - b) só no efeito devolutivo.
 - c) em seu duplo efeito para a ação principal e só no efeito devolutivo da parte da sentença da cautelar.
 - d) no efeito que a situação concreta recomendar, segundo prudente arbítrio do Juiz.

Questão cód. 31007

- 9) A eficácia que torna a sentença de mérito imutável e indiscutível, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário, recebe a denominação de :
- a) Fungibilidade.
 - b) Caducidade.
 - c) Preclusão.
 - d) Coisa julgada material.

Questão cód. 31531

10) Assinale a alternativa correta:

- a) A perempção só é possível na ação penal exclusivamente privada, não sendo possível nos casos de Ação Penal privada subsidiária.
- b) A renúncia ao direito de queixa somente é causa de perempção se aceita pelo beneficiário ou por seu procurador.
- c) Considera-se perempta a ação penal quando iniciada esta, o autor deixar de promover a citação do réu no prazo de 15 dias após determinação judicial.
- d) Importará perempção a falta do exercício do direito de queixa dentro do prazo de seis meses contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.

GABARITO:

01-C	02-A	03-C	04-B	05-D
06-D	07-B	08-C	09-D	10-A

BATERIA 04

1) Assinale a opção incorreta.

- a) Quando as partes transigem, o processo é extinto sem julgamento do mérito.
- b) Quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal, o processo será extinto sem julgamento do mérito.

- c) Quando o autor renuncia ao direito sobre que se funda a ação, ocorre a extinção do processo com julgamento do mérito.
- d) A ausência de contestação pelo réu pode estabelecer a verdade formal da afirmação do autor.

Questão cód. 3576

- 2) Qualquer que seja o fundamento da ação de despejo dar-se-á a ciência do pedido aos sublocatários, que poderão intervir no processo como:
- a) Réus
 - b) Litisconsortes necessários
 - c) Assistentes
 - d) Litisconsortes facultativos

Questão cód. 318

- 3) Caio propõe demanda em face de Tício, pelo procedimento ordinário, pleiteando seja o réu condenado a lhe pagar indenização. Ocorre que, por força de contrato, caso Tício venha a ser condenado a pagar qualquer importância, será indenizado, até o limite contratual, por Semprônio. Em sua contestação, o réu deixa de requerer a citação de Semprônio para intervir na demanda na condição de terceiro. A demanda processou-se e o réu foi condenado a pagar a indenização, tendo a decisão sido integralmente cumprida. Diante da hipótese, assinale a alternativa correta
- a) Tício, não tendo denunciado a lide a Semprônio, perdeu o direito à ação regressiva em face deste, na medida em que a denunciação da lide no direito brasileiro é obrigatória.
 - b) Tício não poderá propor a ação regressiva, uma vez que a nomeação à autoria deveria ter ocorrido na contestação.
 - c) Apesar da sua omissão, Tício poderá propor ação regressiva em face de Semprônio, porque a denunciação da lide nessa hipótese não é obrigatória.
 - d) Como Tício não denunciou a lide a Semprônio, o direito de regresso somente poderia ser exercido caso Semprônio tivesse ingressado na demanda como assistente litisconsorcial; como isto não ocorreu, perde Tício o direito de regresso.

Questão cód. 31246

- 4) É correto dizer: (I) ao agravante cabe sempre a opção da interposição do agravo por instrumento ou na forma retida; (II) o recurso adesivo não é admissível nos embargos infringentes; (III) a apelação devolverá ao Tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, mesmo que a sentença não as tenha apreciado; (IV) não se admite recurso especial e extraordinário quando se pretende a rediscussão de matéria fática; (V) admite-se recurso especial e extraordinário quando manifestado contra entendimento já simulado no S.T.F. ou no S.T.J., conforme o caso. As proposições corretas são:
- a) as proposições I e II são verdadeiras;
 - b) as proposições IV e V são verdadeiras;
 - c) as proposições III e IV são verdadeiras;
 - d) as proposições I e III são verdadeiras;

Questão cód. 31572

- 5) Bem de família. Execução de sentença penal condenatória de ressarcimento. Sabe-se que o condenado possui apenas pequeno imóvel no qual reside com seus familiares entre os quais filhos menores. Penhorado imóvel.
- a) o imóvel é impenhorável segundo a Constituição.
 - b) o imóvel é impenhorável face à presença de filhos menores.
 - c) o imóvel é sempre penhorável.
 - d) nesta hipótese o bem de família é penhorável.

Questão cód. 12052

- 6) Convencendo-se da inexistência de fundamento para propositura da ação civil pública, o órgão do Ministério Público encarregado das diligências, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, mas, o arquivamento efetivo dependerá do exame, deliberação e homologação
- a) do Procurador Geral da Justiça.
 - b) do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, quando a questão versar sobre interesses estaduais.
 - c) de todos órgãos públicos envolvidos no inquérito civil.
 - d) do Conselho Superior do Ministério Público.

Questão cód. 3961

- 7) Assinale a opção correta.
- a) Contra sentença que decretar medida cautelar fiscal, cabe recurso de apelação que deve ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.
 - b) O prazo para a propositura da ação renovatória de locação é decadencial.
 - c) A sentença concessiva de mandado de segurança fica sujeita ao duplo grau de jurisdição e não pode ser executada provisoriamente.
 - d) A ação direta de inconstitucionalidade admite a assistência.

Questão cód. 4461

- 8) Considera-se atentatório à dignidade da justiça, exceto o ato do devedor que:
- a) resiste injustificadamente às ordens judiciais.
 - b) não obedece à ordem legal na nomeação dos bens à penhora;
 - c) se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios maliciosos;
 - d) frauda a execução;

Questão cód. 1360

- 9) O momento processual adequado para ser examinada, pelo julgador, questão envolvendo ilegitimidade das partes será:
- I. quando do despacho da petição inicial;
 - II. no despacho saneador;
 - III. no despacho saneador ou na sentença;
 - IV. quando do julgamento do recurso.
- Quanto às afirmativas acima,

- a) apenas a I é correta.
- b) apenas a IV é correta.
- c) todas são corretas.
- d) são corretas apenas II, III e IV.

Questão cód. 11149

- 10) O réu é citado por carta precatória com hora certa. O prazo para contestação inicia da data:
- a) da juntada da carta precatória aos autos;
 - b) da juntada do mandado devidamente cumprido à carta precatória;
 - c) do recebimento da carta que confirmou a citação por hora certa;
 - d) do envio da carta confirmando a citação com hora certa;

GABARITO:

01-A	02-C	03-C	04-C	05-D
06-D	07-B	08-B	09-C	10-A

BATERIA 05

- 1) A reconvenção, se o réu quiser ajuizá-la,
- a) pode ser ajuizada no mesmo momento da contestação.
 - b) só pode ser ajuizada se o réu contestar também.
 - c) deve ser ajuizada no mesmo momento da contestação.
 - d) deve ser deduzida como capítulo da contestação.

Questão cód. 111

- 2) Contra decisão de mérito que denega Mandado de Segurança interposto originariamente perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cabe recurso
- a) Extraordinário, para o Supremo Tribunal Federal.
 - b) Especial, para o Superior Tribunal de Justiça.
 - c) Agravo Regimental, para o Plenário do próprio Tribunal de Justiça.
 - d) Ordinário, para o Superior Tribunal de Justiça.

Questão cód. 42087

- 3) I - São elementos da ação: as partes, o objeto e a causa de pedir. II - Quanto à sua natureza, no processo de conhecimento a sentença pode ser condenatória, constitutiva ou declaratória. III - Na legitimação extraordinária o substituto processual está legitimado a litigar em nome próprio na defesa de direito alheio. IV - A herança jacente é representada em juízo pelo Ministério Público. V - A procuração "apud acta" é a lavrada para a prática de atos reputados urgentes.

- a) somente as alternativas I e IV estão corretas
- b) somente as alternativas I e III estão corretas
- c) somente as alternativas I e V estão corretas
- d) somente as alternativas II e III estão corretas

Questão cód. 21433

4) Em matéria de nulidades, mostre a alternativa errada:

- a) a nulidade relativa decorre de violação de norma cogente de interesse da parte;
- b) a citação inválida, que é causa de nulidade absoluta, pode ser convalidada;
- c) verificada a existência de nulidades sanáveis, o juiz mandará supri-las fixando à parte prazo nunca superior a trinta dias;
- d) o princípio da conservação dos atos processuais significa que decretada a nulidade de um ato, também serão considerados de nenhum efeito todos os subseqüentes que dele dependam;

Questão cód. 11651

5) Quanto às medidas cautelares, é correto dizer que:

- a) a causa de pedir do autor consubstancia-se na existência dos requisitos do " fumus boni juris " e do " periculum in mora ";
- b) a medida cautelar de produção antecipada de provas somente será proposta em caráter preparatório;
- c) a prestação da caução, real ou fidejussória, será exigida do autor da medida cautelar quando esta for concedida liminarmente, para ofim de ressarcir ao réu eventuais prejuízos sofridos com a concessão da medida;
- d) o autor do pedido cautelar de caráter preparatório terá trinta dias, contados da efetivação da medida, para propor a ação principal, sendo este prazo dilatado para sessenta dias se tratar de procedimento incidental.

Questão cód. 21505

6) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O eleitor com dezesseis anos é parte legítima para propor ação popular, estando emancipado para o exercício dos demais atos da vida civil.
- b) O menor relativamente incapaz deve ser citado pessoalmente, mesmo assistido pelos pais.
- c) O interdito é absolutamente incapaz e deve ser representado em juízo por seu curador.
- d) O nascituro não tem capacidade de ser parte pois, para propor ação de investigação de paternidade, quem tem capacidade de ser parte é sua mãe.

Questão cód. 21199

7) O processo civil moderno assenta-se

- a) no direito de defesa, no princípio da preclusão, no ônus processual e na jurisdição.
- b) no direito de ação, no direito de defesa, no processo e na jurisdição.
- c) no processo, no acesso à justiça, na instrumentalidade e na jurisdição.

- d) no direito de ação, no direito de petição, no processo, e no direito ao duplo grau de jurisdição.

Questão cód. 47

- 8) O artigo 668 do CPC diz: *o devedor ou responsável, pode, a todo tempo, antes da arrematação ou da adjudicação, requerer a substituição do bem penhorado por dinheiro*. E o artigo 685, I, dispõe: *Após a avaliação, poderá mandar o juiz, a requerimento do interessado e ouvida a parte contrária: I - reduzir a penhora aos bens suficientes, ou transferi-la para outros, que bastem à execução, se o valor dos penhorados for consideravelmente superior ao crédito do exequente e acessórios*. Em execução, penhorado imóvel do devedor, este, após a designação de datas para as praças, e invocando o artigo 685, I, requereu a substituição do bem penhorado por outro, que diz ser de valor muito superior ao total do crédito e acessórios. Esse pedido do devedor
- a) pode ser acolhido porque a substituição pode ser requerida a todo tempo, antes da arrematação ou da adjudicação.
 - b) é ilegal e inaceitável porque a substituição só pode ocorrer antes da designação da praça.
 - c) pode ser atendido porque o bem ofertado tem valor maior, beneficiando o credor.
 - d) é ilegal e inaceitável porque a substituição só é possível por dinheiro.

Questão cód. 1134

- 9) O recurso de apelação será recebido somente no efeito devolutivo quando oposto a sentença que julgar ação
- a) de manutenção de posse ou interdito proibitório referentes a posse nova.
 - b) de reparação de danos causados em acidente de veículos, processada pelo rito sumário.
 - c) de reparação de danos morais, sem repercussão patrimonial, com fundamento no Código de Defesa do Consumidor.
 - d) condenatória de prestação alimentícia.

Questão cód. 1307

- 10) Sobre os embargos de declaração, é verdadeiro afirmar que:
- a) quando houver na sentença ou no acórdão contradição, obscuridade ou omissão, no prazo de cinco dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, interrompendo o prazo para a interposição de outros recursos;
 - b) podem ser opostos quando houver na sentença contradição, obscuridade ou omissão, no prazo de cinco dias, não interrompendo o prazo para a interposição de outros recursos;
 - c) quando houver no acórdão contradição, obscuridade ou omissão, no prazo de dez dias, dirigido ao presidente da câmara ou turma que julgou a apelação, interrompendo o prazo para a interposição de outros recursos;
 - d) quando houver na sentença ou no acórdão contradição, obscuridade ou omissão, no prazo de dez dias, não interrompendo o prazo para a interposição de outros recursos.

GABARITO:

01-C	02-D	03-B	04-D	05-C
06-D	07-B	08-D	09-D	10-A

BATERIA 06

- 1) Começa a correr o prazo: I) quando a citação ou intimação for através de carta, da data da postagem no correio da correspondência; II) quando o ato se realizar em cumprimento de carta precatória, da data de sua juntada ao mandado cumprido nos autos da precatória no juízo deprecado; III) quando a citação for por edital da data de afixação do edital na sede do juízo, certificada pelo escrivão; IV) quando o ato se realizar em cumprimento da carta de ordem, da data de sua juntada aos autos devidamente cumprida; V) quando houver vários réus citados pelo correio, da data da juntada do último aviso de recebimento.
- a) apenas as afirmativas I e III são corretas
 - b) apenas as afirmativas IV e V são corretas
 - c) apenas a afirmativa III é correta
 - d) apenas as afirmativas II e IV são corretas

Questão cód. 2476

- 2) Além daqueles que são comuns a toda e qualquer relação processual, em sede de reconvenção, existem três pressupostos específicos:
- a) inexistência de conexão, pendência de processo e diversidade de procedimentos.
 - b) existência de conexão, pendência de processo e diversidade de procedimentos;
 - c) existência de conexão, necessidade de litisconsórcio e diversidade de procedimentos;
 - d) existência de conexão, pendência de processo e identidade de procedimentos;

Questão cód. 3637

- 3) A respeito dos meios legais de prova, é possível afirmar que:
- a) a confissão, embora não privativa do réu, é sempre divisível em relação aos fatos confessados;
 - b) o depoimento pessoal, quando determinado de ofício pelo juiz, obriga a parte a depor sobre todo e qualquer fato;
 - c) o documento, feito por oficial incompetente, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia do documento particular;
 - d) a prova pericial, para ser realizada, não dispensa o compromisso do perito, tomado por termo nos autos.

Questão cód. 2296

- 4) Para a propositura de ação confessória de direito real de servidão, a competência será do foro:
- a) da situação da coisa;
 - b) da situação da coisa ou do de eleição;

- c) da situação da coisa, do domicílio do réu ou do de eleição;
- d) da situação da coisa ou do domicílio do réu;

Questão cód. 1925

- 5) Da decisão do relator que não admitir o agravo de instrumento ou negar-lhe provimento, caberá
- a) embargos infringentes para o órgão julgador, no prazo de dez dias.
 - b) embargos declaratórios para o órgão julgador, no prazo de cinco dias.
 - c) agravo para o órgão julgador, no prazo de cinco dias.
 - d) apelação para o órgão julgador, no prazo de quinze dias.

Questão cód. 4649

- 6) Em autos de inventário, com herdeiros menores e ausentes, representados, não foi intimado o Ministério Público que, assim, não teve conhecimento e nem pôde officiar no processo. O inventariante foi removido por permitir, por culpa sua, que bens do espólio sofressem danos. A final, foi julgada a partilha. A solução cabível será
- a) anular apenas a partilha, para que da outra pudesse participar o Ministério Público.
 - b) considerar válido o processo, já que os interessados não alegaram prejuízo.
 - c) anular parcialmente o processo, desde o momento em que o Ministério Público deveria ter sido intimado.
 - d) anular o processo desde a petição inicial, inclusive.

Questão cód. 3587

- 7) Em ação de indenização decorrente de acidente de veículos movida contra empresa de que era preposto o motorista causador do dano, o juiz tomou conhecimento da sentença penal condenatória do motorista culpado, com trânsito em julgado. Indique o correto:
- a) o juiz manda o autor requerer a liquidação da sentença penal condenatória, suspendendo o feito cível por seis meses até um ano para encerramento da liquidação por arbitramento
 - b) o juiz simplesmente manda prosseguir o feito cível em trâmites regulares, realizando prova oral e técnica e, também, decide a lide para só depois de acolher o pedido inaugural, admitir a liquidação por artigos
 - c) o juiz transforma de ofício o processo relativo à ação de indenização em processo de liquidação de sentença por artigos
 - d) o juiz manda extrair peças do processo crime para traslado, encerra a instrução e julga o feito cível, para só depois admitir a liquidação por arbitramento

Questão cód. 31409

- 8) Não haverá ação, com a consequência da extinção do processo, no momento da prolação da sentença:
- a) se faltar capacidade à parte;
 - b) se restar clara a suspeição do juiz;
 - c) se inexistir capacidade postulatória;

- d) se o autor não tiver interesse processual;

Questão cód. 4963

- 9) A hipótese é indeferimento de um recurso extraordinário sendo certo que de uso tal despacho se interpôs agravo de instrumento, porém, intempestivo. Ocorre que o Tribunal "a quo" nega-se a remeter os autos ao Supremo Tribunal Federal. Daí ser correta uma das seguintes iniciativas do agravante:
- a) interpor um novo agravo de instrumento
 - b) interpor ação rescisória
 - c) interpor mandado de segurança dirigido originariamente ao Supremo Tribunal Federal para, se concedido, determinar a avocação do Agravo
 - d) ajuizar reclamação diretamente no Supremo Tribunal Federal para que, se julgada procedente, seja ordenada a remessa dos autos do Agravo

Questão cód. 2986

- 10) Em matéria de competência, aponte a alternativa errada.
- a) Quando nenhuma das partes tiver residência ou domicílio no Brasil, a ação pode ser ajuizada em qualquer foro.
 - b) A oposição é exemplo de ação acessória e será proposta perante o juiz competente para a ação principal.
 - c) A competência territorial é relativa (exceto nas ações fundadas em direito real sobre imóveis), e um de seus exemplos é a competência de foro da residência da mulher para a anulação de casamento.
 - d) Compete ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná julgar em grau de recurso as ações relativas à matéria fiscal de competência do Estado e dos Municípios.

GABARITO:

01-B	02-D	03-C	04-A	05-C
06-C	07-B	08-D	09-D	10-D

BATERIA 07

1) Oferecida a reconvenção

- a) a ação principal não é suspensa, o autor reconvido é citado para responder aos termos da reconvenção no prazo de dez dias e o juiz proferirá decisão admitindo a reconvenção, ou negando-lhe seguimento para, no primeiro caso, julgá-la em conjunto com a ação ou, no segundo caso, determinar a sua extinção e arquivamento.
- b) o processo principal fica suspenso, o autor reconvido é intimado na pessoa de seu advogado para apresentar contestação no prazo de cinco dias e o juiz, ao final, proferirá sentença julgando a reconvenção para, só depois, retomar a ação principal o seu curso normal, uma vez que o julgamento da reconvenção não interfere no julgamento da

ação.

- c) o autor reconvinco será intimado na pessoa de seu procurador para contestá-la no prazo de quinze dias e o juiz, ao final, proferirá sentença única, julgando a ação e a reconvenção.
- d) o processo principal fica suspenso, o autor reconvinco é citado para contestá-la no prazo de cinco dias e o juiz, com ou sem a colheita de provas, proferirá sentença julgando a reconvenção e determinando o prosseguimento, ou a extinção do processo principal.

Questão cód. 31439

2) Mostre a alternativa incorreta.

- a) Na Lei de Registros Públicos, o procedimento de dúvida é meramente administrativo, devendo, mesmo quando haja interesse da União, ser decidido pelo juiz-corregedor competente, de acordo com a lei de organização judiciária do Estado.
- b) O processo de dúvida, previsto na Lei de Registros Públicos, cabe, apenas, em relação ao registro de imóveis.
- c) No pedido de retificação do qual resulta alteração da descrição das divisas do imóvel é dispensável a citação do alienante se a data da transcrição ou da matrícula remontar há mais de vinte anos.
- d) A ação de investigação de paternidade (LF nº 8.560/92) deverá ser ajuizada no foro do domicílio ou da residência do investigante.

Questão cód. 4171

3) Noiva de vítima de acidente aéreo propôs ação de indenização (despesas com futura cerimônia de casamento) em face da transportadora que, em defesa, alega duas preliminares, a saber: primeira - ilegitimidade ativa da autora e segunda - sua ilegitimidade passiva já que outros parentes da vítima, reconhecendo inexistência de culpa da transportadora, propuseram ação contra o fabricante da peça defeituosa do avião, logrando sentença de procedência já transitada em julgado. Por suposto que o Ministério Público devesse ex vi legis emitir parecer no feito, sua opinião correta seria no sentido de que o juiz deveria:

- a) rejeitar a segunda preliminar porquanto traduz matéria de mérito a ser apreciada em momento oportuno e rejeitar a primeira preliminar já que a autora é titular de direito próprio e autônomo
- b) rejeitar a defesa entendendo que ambas as preliminares confundem-se com o mérito
- c) acolher a defesa e extinguir o feito, dando por verificada a ilegitimidade passiva da ré, reconhecendo, de outro lado, a legitimidade ativa da autora
- d) acolher a defesa e extinguir o feito dando por verificada a ilegitimidade ativa da autora, reconhecendo, de outro lado, a legitimidade passiva da ré

Questão cód. 4801

4) Na ação revisional de aluguel,

- a) o aluguel definitivo passará a vigorar apenas quando ocorrer o trânsito em julgado da sentença, pois até lá deve vigorar o aluguel provisório, que sofrerá reajustes anuais de acordo com índice estabelecido no contrato.
- b) o aluguel definitivo passa vigorar a partir da data em que for prolatada a sentença, mas

somente poderá ser exigido do locatário quando ocorrer o trânsito em julgado da decisão que o fixou.

- c) o aluguel definitivo retroage à data da citação inicial, gerando para o inquilino a obrigação de pagar as diferenças acumuladas no curso do processo, entre o aluguel definitivo e o provisório, inicialmente fixado.
- d) o aluguel provisório deve ser fixado em 80% (oitenta por cento) da proposta formulada pelo locador, na petição inicial, ainda que inexistia pedido expresso nesse sentido, pois trata-se de dispositivo legal de ordem pública.

Questão cód. 22081

- 5) Em ação de indenização por dano moral, a juiz rejeitou preliminar de ilegitimidade passiva de parte. Desta decisão o réu interpôs agravo de instrumento, que veio a ser provido pelo Tribunal por unanimidade de votos com fundamento em lei federal e na Constituição da República. Neste caso poderá o agravado interpor
- a) embargos infrigentes.
 - b) recurso extraordinário retido, apenas.
 - c) recurso especial e recurso extraordinário.
 - d) recurso especial retido, apenas.

Questão cód. 11168

- 6) Há somente uma alternativa correta em relação ao enunciado da questão. Nas ações de reparação do dano sofrido, em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro:
- a) do domicílio do réu, pois as ações fundadas em direito real serão sempre propostas no local onde residir.
 - b) do domicílio do autor, do local do fato ou do domicílio do réu, que neste caso não poderá argüir incompetência do juízo por ser beneficiado com a escolha.
 - c) do local do fato ou do domicílio do réu, não se admitindo o do autor, pois a competência é em razão do ato.
 - d) no domicílio do réu ou do autor, não podendo ser o do local do fato, em razão da competência territorial.

Questão cód. 4763

- 7) "A" confessou dever a "B", por instrumento particular subscrito por duas testemunhas, a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Também por instrumento particular "B" cedeu seu crédito a "C". "C" notificou "A" da cessão por meio de carta expedida por intermédio do Cartório de Registro de Títulos e documentos. Antes do vencimento da obrigação de "B" notifica "A" para que não pague a "C" porque a cessão foi desfeita. "C", por sua vez, notifica "A" alegando que a cessão de crédito é válida, alertando que não terá qualquer valor o pagamento eventualmente feito a "B". Para extinguir validamente sua obrigação deverá "A":
- a) depositar em juízo o valor do crédito.
 - b) pagar a "C";
 - c) consignar o pagamento por meio da ação competente;
 - d) pagar a "B";

Questão cód. 31358

- 8) De acordo com o chamado "Direito Processual Ambiental", assinale a alternativa correta após a análise das proposições abaixo: I - o tombamento, o estudo prévio de impacto ambiental, o manejo ecológico e o zoneamento são instrumentos não jurisdicionais de tutela ambiental, previstos no ordenamento jurídico pátrio ao lado de mecanismos jurisdicionais, tais como a ação popular ambiental, a ação civil pública e o mandado de segurança coletivo ambiental; II - as associações civis somente estarão legitimadas para buscar em juízo a reparação de dano ambiental desde que incluam entre suas finalidades institucionais a proteção do meio ambiente, estejam constituídas há mais de um ano e realizem assembléia, nos termos dos respectivos estatutos, que as autorize expressamente à propositura da ação; III - ao Ministério Público é impossível desistir da ação civil pública proposta em defesa do patrimônio natural, face ao caráter de indisponibilidade do direito material discutido; IV - por força da integração dos sistemas da Lei de Ação Civil Pública e do Código de Defesa do Consumidor, não existe mais limitação ao tipo de ação para a tutela do meio ambiente, sendo cabível toda e qualquer ação que seja necessária para a adequada e efetiva defesa deste bem, com fundamento no regime processual da Lei n.º 7.347/85.
- a) estão corretas todas as afirmativas;
 - b) estão corretas as afirmativas II e III;
 - c) estão corretas as afirmativas I e IV;
 - d) estão corretas as afirmativas III e IV.

Questão cód. 41168

- 9) Há somente uma alternativa correta em relação ao enunciado da questão. Nas ações de reparação do dano sofrido, em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro:
- a) no domicílio do réu ou do autor, não podendo ser o do local do fato, em razão da competência territorial.
 - b) do local do fato ou do domicílio do réu, não se admitindo o do autor, pois a competência é em razão do ato.
 - c) do domicílio do autor, do local do fato ou do domicílio do réu, que neste caso não poderá arguir incompetência do juízo por ser beneficiado com a escolha.
 - d) do domicílio do réu, pois as ações fundadas em direito real serão sempre propostas no local onde residir.

Questão cód. 365

10) Assinale a opção correta

- a) Quando decidir sobre relação jurídica condicional, o juiz pode proferir sentença condicional.
- b) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao Tribunal o conhecimento apenas do fundamento considerado na sentença.
- c) A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação consistente em dinheiro produz a hipoteca judiciária, salvo quando a condenação for genérica.
- d) Tratando-se de relação jurídica continuativa, a parte pode pedir a revisão do que foi estatuído em sentença não mais sujeita a recurso, se sobreveio modificação no estado de fato ou de direito.

GABARITO:

01-C	02-B	03-A	04-C	05-C
06-B	07-C	08-C	09-C	10-D

BATERIA 08

- 1) A condenação do agente público ou terceiro pela prática de ato de improbidade administrativa e a aplicação das sanções pertinentes (Lei nº 8.429/92), independe:
- a) da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público;
 - b) da aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal ou Conselho de Contas;
 - c) da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito;
 - d) todas as alternativas estão corretas.

Questão cód. 3653

- 2) O Ministério Público propõe ação civil pública, em matéria tributária, para a defesa de interesses individuais plúrimos, de certa categoria de contribuintes. Neste caso, o Juiz deverá
- a) mandar o Autor emendar a inicial.
 - b) processar o pedido, até julgamento do mérito, após instrução.
 - c) indeferir a petição inicial por manifesta ilegitimidade ativa do Ministério Público.
 - d) julgar procedente o pedido, com a cominação de multa diária, em caso de transgressão do preceito.

Questão cód. 31539

- 3) Instruções: As questões de números 16 e 17 contêm duas afirmações. Assinale, na folha de respostas, Interrompida a prescrição contra a Fazenda Pública, recomeça a correr pela metade do prazo PORQUE a prescrição das ações contra a Fazenda Pública está submetida a normas especiais.
- a) se as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
 - b) se a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
 - c) se as duas são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
 - d) se a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

Questão cód. 11229

- 4) Quanto à ação popular, é certo dizer; (I) a ação popular pode ser manejada para defesa de interesse exclusivamente particular, desde que o autor seja eleitor e titular do direito ofendido; (II) a decisão que julga procedente o pedido inicial formulado na ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição; (III) na hipótese do autor abandonar a ação, extingue-se obrigatoriamente o processo, sem apreciação do mérito; (IV) a decisão proferida que conclui pela carência de ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição; (V) a sentença que julga procedente o pedido inicial tem eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes".

- a) apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- b) apenas as proposições III e IV são verdadeiras;
- c) apenas as proposições IV e V são verdadeiras.
- d) apenas as proposições I e III são verdadeiras;

Questão cód. 21186

- 5) A imposição de multas diárias pelo juiz ao despachar a inicial das execuções, por obrigação de fazer ou de não fazer fundadas em título judicial
- a) é cabível a requerimento do credor ou mesmo de ofício, quando omissa a sentença.
 - b) é cabível mesmo de ofício só quando prevista na sentença.
 - c) é cabível só de ofício, quando omissa a sentença.
 - d) em nenhuma hipótese é cabível de ofício.

Questão cód. 4402

- 6) É correto dizer:
- (I) ao agravante cabe sempre a opção da interposição do agravo por instrumento ou na forma retida;
 - (II) o recurso adesivo não é admissível nos embargos infringentes;
 - (III) a apelação devolverá ao Tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, mesmo que a sentença não as tenha apreciado;
 - (IV) não se admite recurso especial e extraordinário quando se pretende a rediscussão de matéria fática;
 - (V) admite-se recurso especial e extraordinário quando manifestado contra entendimento já sumulado no S.T.F. ou no S.T.J., conforme o caso.
- As proposições corretas são:
- a) as proposições I e III são verdadeiras;
 - b) as proposições IV e V são verdadeiras;
 - c) as proposições III e IV são verdadeiras;
 - d) as proposições I e II são verdadeiras;

Questão cód. 21644

- 7) É correto afirmar (sobre a competência):
- a) a parte que ofereceu exceção de incompetência pode suscitar conflito de competência.
 - b) a competência em razão do território modifica-se pela conexão ou pela continência;
 - c) quando ações conexas correm em separado perante juízes diferentes, mas com a mesma competência territorial, é prevento aquele em que ocorreu a citação em primeiro lugar;
 - d) a ação fundada em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro do domicílio do autor;

Questão cód. 41588

- 8) "X" intentou ação de indenização por furto de veículo, estacionado em local designado pelo réu, o banco "Y", juntando o Boletim de Ocorrência, documento que explicita ser a testemunha "K" a única a presenciar os fatos. Marcada a data da audiência, o autor ofertou o rol de testemunhas a destempo, fato que ensejou impugnação do réu, acolhida. Entretanto,

o Juiz "a quo", a fim de melhor averiguar os fatos postos a desate, determinou a ouvida da testemunha "K", constante do rol do autor e do Boletim de Ocorrência. Este pronunciamento judicial:

- a) extravasa os limites instrutórios do juiz.
- b) é despacho de mero expediente e, portanto, insuscetível de ataque.
- c) encontra-se obrigado pela previsão do art. 130 do CPC.
- d) ofende o princípio da igualdade entre as partes.

Questão cód. 11852

- 9) É possível a desconstituição de sentença transitada em julgado, por meio de ação rescisória, com fundamento em
- a) superveniência de lei de conteúdo oposto ao da coisa julgada.
 - b) contrariedade a entendimento sumulado pelos tribunais superiores.
 - c) erro de fato resultante da análise de documentos constantes do processo.
 - d) falta profissional cometida pelo patrono da parte originalmente sucumbente.

Questão cód. 41050

- 10) Quanto aos DEFEITOS DOS ATOS JURÍDICOS é falso afirmar que:
- a) presumem-se fraudulentárias dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.
 - b) não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial;
 - c) os atos jurídicos são nulos de pleno direito por dolo, quando este for a sua causa;
 - d) a transmissão errônea da vontade por instrumento, ou por interposta pessoa, pode argüir-se de nulidade nos mesmos casos em que a declaração direta;

GABARITO:

01-D	02-C	03-A	04-C	05-A
06-C	07-B	08-C	09-C	10-C

BATERIA 09

- 1) No curso da separação judicial convolada em consensual, estando todo o pedido em termos, mas discordando os cônjuges quanto à partilha dos bens, o juiz deverá:
- a) homologar a separação, devendo a partilha dos bens ser objeto de futura apreciação.
 - b) determinar o arquivamento dos autos aguardando que os cônjuges definam a situação pendente. Passado um ano desde o arquivamento, nada sendo definido, o juiz extinguirá o processo sem julgamento de mérito;
 - c) mandar as partes para as vias ordinárias, sobrestando o processo da separação até que a questão da partilha seja decidida, pois não se decretará a separação enquanto nada for

decidido sobre a partilha dos bens;

- d) determinar a partilha em partes iguais, ou seja, cinquenta por cento dos bens para cada cônjuge, homologando a separação;

Questão cód. 3477

- 2) 'O Juiz apreciará livremente a prova', diz o art. 131 do Código de Processo Civil, 'atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pela partes; mas deverá indicar, na decisão, os motivos que lhe formaram o convencimento'. A letra do dispositivo consagra o sistema de valoração da prova adotado na processualística brasileira. Dito sistema permite ao juiz:
- a) integral liberdade de avaliação;
 - b) liberdade de formação do convencimento, dentro de critérios racionais a serem indicados;
 - c) liberdade restrita de avaliação, preso que está ao chamado ônus da prova legal;
 - d) integral liberdade de avaliação no processo penal e liberdade restrita no processo civil.

Questão cód. 41279

- 3) O ônus da impugnação especificada, que determina que cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados de forma correta na inicial, não se aplica:
- a) ao réu advogado que advoga em causa própria e ao advogado dativo
 - b) ao órgão do Ministério Público e ao Advogado dativo
 - c) ao curador especial e ao réu nas causas do juizado especial
 - d) à Fazenda Pública e ao réu impúbere representado por advogado devidamente constituído

Questão cód. 31621

- 4) A e B, conjuntamente, demandam indenização de danos decorrentes de acidentes de trânsito cuja culpa atribuem ao réu C. Ocorre litisconsórcio:
- a) necessário unitário;
 - b) necessário simples;
 - c) facultativo unitário;
 - d) facultativo simples.

Questão cód. 4987

- 5) Aponte a afirmação incorreta.
- a) Inexiste interesse de agir para recurso do Ministério Público, em prol do proprietário maior e capaz, na ação reivindicatória que este propõe contra favelados, se em razão do interesse coletivo destes últimos é que está intervindo.
 - b) Nos casos em que atua vinculadamente, há obrigatoriedade do órgão ministerial recorrer, quando seu defendido sucumbe.
 - c) Em tema de ação civil pública, pode o Ministério Público estabelecer com o causador do dano compromisso de ajustamento mediante cominações que, se ilíquidas, permitem execução por obrigação de fazer ou não fazer fundada em título extrajudicial.
 - d) A ação rescisória não suspende a execução da sentença rescindenda.

Questão cód. 1690

6) O pedido de divórcio conversão:

- a) somente pode ser formulado após dois anos da sentença de separação judicial;
- b) admite reconvenção;
- c) não admite reconvenção;
- d) pode ser requerido por qualquer interessado;

Questão cód. 3564

7) Para praticar um ato processual em outro país:

- a) O juiz manda expedir a carta precatória
- b) O juiz manda expedir carta rogatória
- c) O juiz manda expedir carta revogatória
- d) O juiz vai ao lugar praticá-lo, se o ato for de alta relevância

Questão cód. 21596

8) Juristas que criaram, respectivamente, - a doutrina dominante sobre a natureza jurídica do processo; - a chamada "Escola Processual de São Paulo" e que influenciou decisivamente no plano de política legislativa do atual Código de Processo Civil e em muitos dos seus institutos, como, por exemplo, o da coisa julgada; - o conceito de ação como um direito potestativo:

- a) Ugo Rocco, João Mendes Júnior e Piero Calamandrei.
- b) Jaime Guasp, José Frederico Marques e Adolfo Wach;
- c) Oscar Von Bülow, Enrico Tullio Liebman e Giuseppe Chiovenda;
- d) Giuseppe Chiovenda, Alfredo Buzaid e Francesco Carnelluti;

Questão cód. 2869

9) Na ação de justificação judicial, o prazo para contestá-la é:

- a) Nenhuma das respostas.
- b) de 05 dias;
- c) de 08 dias;
- d) de 03 dias;

Questão cód. 21038

10) Em ação denominada "ação de despejo c/c com perdas e danos", os fatos e o pedido formulado pelo autor fazem menção tão somente à cobrança de alugueres em atraso, não se cogitando, em nenhuma linha da inicial, o despejo do réu. Assinale a alternativa correta:

- a) o juiz poderá determinar que o autor emende a inicial, posto que se trata de questão de ordem pública, mas não impede, com isso, que o réu, na contestação, alegue a falha processual cometida pelo autor, em sede de preliminar.
- b) deve o juiz determinar que o autor emende a inicial, em 10 (dez) dias, para suprir a falha apontada, ou seja, atribuir correta denominação à ação proposta;
- c) é relevante a denominação dada pelo autor à demanda proposta, não importando,

necessariamente, a congruência entre a narrativa dos fatos e o pedido;

- d) o despacho do juiz deve ser no sentido de determinar a citação do réu, regularmente, tão logo verifique a presença dos requisitos da petição inicial;

GABARITO:

01-A	02-B	03-B	04-D	05-B
06-C	07-B	08-C	09-B	10-D

BATERIA 10

- 1) O artigo 668 do CPC diz: "o devedor ou responsável pode, a todo tempo, antes da arrematação ou da adjudicação, requerer a substituição do bem penhorado por dinheiro". E o artigo 685, I, dispõe: "Após a avaliação, poderá mandar o juiz, a requerimento do interessado e ouvida a parte contrária: I - reduzir a penhora aos bens suficientes, ou transferi-la para outros, que bastem à execução, se o valor dos penhorados for consideravelmente superior ao crédito do exequente e acessórios". Em execução, penhorado imóvel do devedor, este, após a designação de datas para as praças, e invocando o artigo 685, I, requereu a substituição do bem penhorado por outro, que diz ser de valor muito superior ao total do crédito e acessórios. Esse pedido do devedor
- a) é ilegal e inaceitável porque a substituição só é possível por dinheiro.
 - b) pode ser atendido porque o bem ofertado tem valor maior, beneficiando o credor.
 - c) é ilegal e inaceitável porque a substituição só pode ocorrer antes da designação da praça.
 - d) pode ser acolhido porque a substituição pode ser requerida a todo tempo, antes da arrematação ou da adjudicação.

Questão cód. 2745

- 2) Tício adquiriu um imóvel de Caio e César por meio de compromisso de compra e venda. Ocorre que o imóvel apresenta uma série de irregularidades, razão pela qual pretende rescindir o instrumento. Diante desse fato, propõe demanda em face dos dois promitentes vendedores, o que forma um litisconsórcio:
- a) facultativo, unitário, passivo e anterior.
 - b) necessário, comum, passivo e anterior;
 - c) necessário, unitário, passivo e anterior;
 - d) comum, unitário, ativo e ulterior;

Questão cód. 41102

- 3) De acordo com as disposições do Código de Processo Civil: Aquele que tiver perdido título ao portador, poderá:
- a) ajuizar ação de anulação do título perdido e substituição por outro.
 - b) ajuizar ação ordinária de cobrança, por ser a única via processual possível à recuperação do seu crédito.
 - c) ajuizar ação de embargos de terceiros, no caso de quem o encontrar houver movido

execução contra o emitente do título.

d) ajuizar ação de reconstituição da dívida enunciada no título.

Questão cód. 1441

4) É correto afirmar (sobre a competência):

- a) a ação fundada em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro do domicílio do autor;
- b) a competência em razão do território modifica-se pela conexão ou pela continência;
- c) quando ações conexas correm em separado perante juízes diferentes, mas com a mesma competência territorial, é prevento aquele em que ocorreu a citação em primeiro lugar;
- d) a parte que ofereceu exceção de incompetência pode suscitar conflito de competência.

Questão cód. 4857

5) Proposta medida cautelar de produção antecipada de prova, realizada a prova ali pretendida e homologada por decisão, a parte

- a) pode propor a ação principal depois de trinta dias, a contar da data do deferimento da liminar, desde que justifique o atraso como decorrência da morosidade do processo cautelar preparatório.
- b) deve propor a ação principal no prazo de trinta dias, a contar da data da homologação, sob pena de perda da eficácia da prova produzida na cautelar.
- c) pode propor a ação principal depois de trinta dias, contados da homologação da prova, sem que esta perca a sua eficácia.
- d) deve propor a ação principal no prazo de trinta dias, a contar do deferimento da prova, sob pena de decadência do direito.

Questão cód. 31230

6) Quanto aos procedimentos ordinário e sumário, é certo dizer: (I) ambos os procedimentos admitem a denunciação da lide; (II) ambos os procedimentos permitem a produção de prova pericial; (III) ambos os procedimentos permitem que seja intentada a ação declaratória incidental; (IV) ambos os procedimentos admitem o recurso de terceiro prejudicado; (V) ambos os procedimentos permitem a assistência.

- a) as proposições I e II são falsas;
- b) as proposições IV e V são falsas;
- c) as proposições III e IV são falsas;
- d) as proposições I e III são falsas;

Questão cód. 31227

7) Todas as opções estão corretas, exceto:

- a) A competência para o processo de ação popular é pela origem do ato a ser anulado. Assim, embora tenha o ato sido editado pelo Governador do Estado, a competência é do Juízo de primeiro grau de jurisdição;
- b) Julgada improcedente a ação popular por deficiência de prova, a decisão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova;
- c) Ao despachar a inicial da ação popular, o juiz ordenará, além da citação dos réus, a

intimação de representante do Ministério Público que intervém obrigatoriamente no feito, acompanhando a ação, apressando a produção da prova e promovendo a responsabilidade civil ou criminal dos que nela incidirem;

- d) A sentença que concluir pela procedência da ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal;

Questão cód. 11560

8) A emprestou dinheiro a B, por este confessado através de carta negando-se a efetuar o pagamento; o autor deve propor, para o pagamento dessa soma em dinheiro, nos termos do Código de Processo Civil:

- a) ação cominatória;
- b) ação declaratória;
- c) ação monitória;
- d) execução de título extrajudicial.

Questão cód. 2147

9) Na ação revisional de aluguel, o aluguel fixado

- a) passará a vigorar a partir da data do laudo do perito judicial e as diferenças acumuladas no curso do processo apenas poderão ser cobradas, em seis parcelas consecutivas, após o trânsito em julgado da sentença, pois o valor do aluguel poderá ser alterado nas instâncias superiores.
- b) passará a vigorar a partir da data da sentença e as diferenças acumuladas dali para diante serão cobradas em seis parcelas, exigíveis somente após o trânsito em julgado da sentença.
- c) passará a vigorar a partir da data do laudo do perito judicial e as diferenças acumuladas no curso do processo poderão ser cobradas a partir da data da sentença, em uma única parcela, pois os recursos, na Lei do Inquilinato, não têm efeito suspensivo.
- d) retroagirá à data da citação e as diferenças acumuladas no curso da ação serão pagas em uma única parcela, exigível após o trânsito em julgado da sentença.

Questão cód. 21266

10) A ação popular

- a) julgada improcedente pode sempre ser renovada, desde que proposta por outro cidadão
- b) pode ser proposta por cidadão, pelos partidos políticos e pelas entidades de classe
- c) pressupõe o fato administrativo lesivo
- d) admite o litisconsórcio ativo ou passivo

GABARITO:

01-A	02-C	03-A	04-B	05-C
06-D	07-D	08-C	09-D	10-D